

RELATÓRIO E CONTAS – 2023

CARAM – CENTRO DE ABATE DA REGIÃO AUTÓNOMA DA
MADEIRA, EPERAM



CARAM

C E N T R O D E A B A T E
R E G I Ã O A U T Ó N O M A D A M A D E I R A E P E R A M

Março / 2024

Índice

1. Apresentação e enquadramento	4
1.1. Apresentação da Empresa	4
1.2. Missão, Visão e Valores	5
1.3. Órgãos Sociais, Estrutura acionista e Estrutura Organizacional	6
2. Estratégia e objetivos	8
2. 1. Objetivos estratégicos	8
Eixo estratégico 1	8
Eixo estratégico 2	9
Eixo estratégico 3	10
Eixo estratégico 4	10
Eixo estratégico 5	10
Eixo estratégico 6	10
3. Atividade	11
3.1. Enquadramento	11
3.2. Atividades mais relevantes em 2023	12
3.3. Riscos associados à Atividade	13
3.3.1 Internos	14
3.3.2 Externos	14
3.4. Situação atual	15
4. Plano de investimentos	17
5. Análise Económica - Financeira	19
5. 1. Receitas Operacionais	19
5.2. Gastos Operacionais	19
5.3. Recursos Humanos	20
5.4. Fornecimentos e Serviços Externos	21
5.5. Estrutura de Resultados	22
5.6. Endividamento	22
5.7. Estrutura patrimonial	23
6. Perspetivas futuras	24
7. Proposta de aplicação de Resultados	24
8. Anexo I	25
8.1. Cumprimento das orientações legais	25

1. Objetivos de Gestão	28
2. Metas a atingir constantes no PAO 2023,	28
2.1. Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE.....	29
3. Gestão do Risco Financeiro.....	30
4. Limites de Crescimento do Endividamento	31
5. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores.....	31
6. Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”).....	32
7. Recomendações dos Acionistas- Resultados obtidos	32
8. Recomendações/ Reservas emitidas na última CLC.....	32
9. Orientações sobre as Remunerações/honorários	33
9.1. Assembleia Geral.....	33
9.2. Conselho de Administração	33
9.3. Fiscalização	36
9.4. Auditor Externo.....	36
10. Aplicação do Artigo 24º-A do Estatuto do Gestor Público da Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, no que se refere, designadamente:	36
10.1. A não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.	36
10.2. Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.....	37
10.3. Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet.....	37
10.4. Ao valor das despesas associadas às viaturas de serviço afetas aos gestores públicos	37
11. Aplicação do disposto no nº 2 do artigo 15º do RJSERAM e do artigo 8º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.	38
12. Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no nº 1 do artigo 44º do RJSERAM	38
13. Contratação Pública	38
13.1. Indicação sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2023, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.	38
13.2. Indicação dos procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização.	38

13.3.	Indicação de quais os atos, ou contratos, celebrados com valor superior a 5 milhões de euros, independentemente da espécie do ato, ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).....	38
14.	Medidas de otimização da Estrutura de Gastos Operacionais das Empresas Públicas.	39
15.	Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria (artigo 62º do DLR nº 28-A/2021/M, ORAM 2022)	39
16.	Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas	39
17.	Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade.....	39
18.	Elaboração e divulgação da Demonstração não financeira.....	40
19.	Informação a constar no site de cada empresa do universo do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira	40
8.2.	Demonstrações Financeiras Anuais	42
8.2.1	Balanço.....	43
8.2.2	Demonstração de Resultados.....	46
8.2.3	Demonstração de Fluxos de Caixa.....	48
8.2.4	Demonstração das Alterações no Património Líquido.....	51
8.2.5	Anexo às Demonstrações Financeiras.....	53
8.3.	Relatório e Parecer do Fiscal Único	74
8.4.	Certificação Legal de Contas	76

1. Apresentação e enquadramento

1.1. Apresentação da Empresa

Firma: CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM

Data da Constituição: 2006-03-15 através do DLR nº 6/2006/M de 14 de março

Sede: Sítio dos Rochões – Santo da Serra, 9100-265 Santa Cruz

Capital Social: 4,716,855 Euros

Matriculada na C.R.C de Santa Cruz: NIPC 511 259 085

N.I.P.C.: 511 259 085

Objeto Social: Exploração e gestão da rede pública de abate de animais domésticos das espécies bovina, suína, ovina, caprina, e cunídea e respetivas atividades complementares e ou acessórias, designadamente a refrigeração, a congelação, a desmancha, a armazenagem, a distribuição e a indústria e transformação de carnes.

Códigos da Atividade Económica:

CAE Principal: 10110-R3 - ABATE DE GADO (PRODUÇÃO DE CARNE);

CAE Secundário: 38112-R3 - RECOLHA DE OUTROS RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS

Sucursais da sociedade: Não existem sucursais

1.2. Missão, Visão e Valores

Breve descrição da Atividade: Abate de animais domésticos (espécies bovina, suína, ovina, caprina e cunídea), operações conexas e distribuição de carcaças.

Missão: Assegurar o serviço público de abate de animais domésticos, observando as regras de bem-estar animal e garantindo a segurança alimentar dos produtos produzidos.

Visão: Acrescentar valor à Produção Regional de carne sendo o garante da sua segurança alimentar.

Valores Institucionais:

Ética do Serviço Público – o interesse público em primeiro lugar. Lealdade, imparcialidade, responsabilidade e respeito.

Orientação para o cliente – atendimento competente, eficiente e qualificado, visando a satisfação das necessidades dos utentes e considerando a crescente exigência do serviço público.

Capacidade de Inovação – interiorização da necessidade de melhoria contínua e abertura à introdução de soluções tecnológicas que contribuam para a garantia de qualidade e segurança nos serviços prestados.

Consciência Ambiental – responsabilidade e respeito pelos princípios da sustentabilidade ambiental adotando práticas e procedimentos que minimizam os impactos nefastos deste tipo de Indústria.

Segurança Alimentar – garantia do cumprimento de todas as diretrizes de salubridade aos produtos produzidos e defesa da saúde pública.

Bem-estar Animal – cumprimento integral das regras de respeito e bem-estar dos animais apresentados para abate.

Valorização dos Recursos Humanos – fomentar o desenvolvimento das competências pessoais, comportamentais e profissionais dos colaboradores.

1.3. Órgãos Sociais, Estrutura acionista e Estrutura Organizacional

Conselho de Administração: Nomeação através da Resolução nº 1221/2020 de 21 de dezembro

Presidente: Duarte Nuno Soares Araújo Sol

Vogal: Dércia Maria Vasconcelos Farinha

Vogal: Roberto Nuno Fernandes Silva¹

Atualmente os membros do Conselho de Administração, em funções, encontram-se em gestão uma vez que o mandato terminou a 31/12/2023.

Aguarda-se a nomeação de um novo C.A.

Fiscal Único: Nomeação através da Resolução nº 788/2021 de 26 de agosto

Efetivo: UHY – Oliveira, Branco & Associados, SROC, Lda., inscrita na Ordem de Revisores Oficiais de Contas, com o n.º 164, e ainda na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, com o n.º 202161471;

Suplente: Manuel Luís Fernandes Branco, Revisor Oficial de Contratos n.º 652, inscrito na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, com o n.º 20160296;

Atualmente o Fiscal Único, encontra-se em gestão uma vez que o mandato terminou a 31/12/2023.

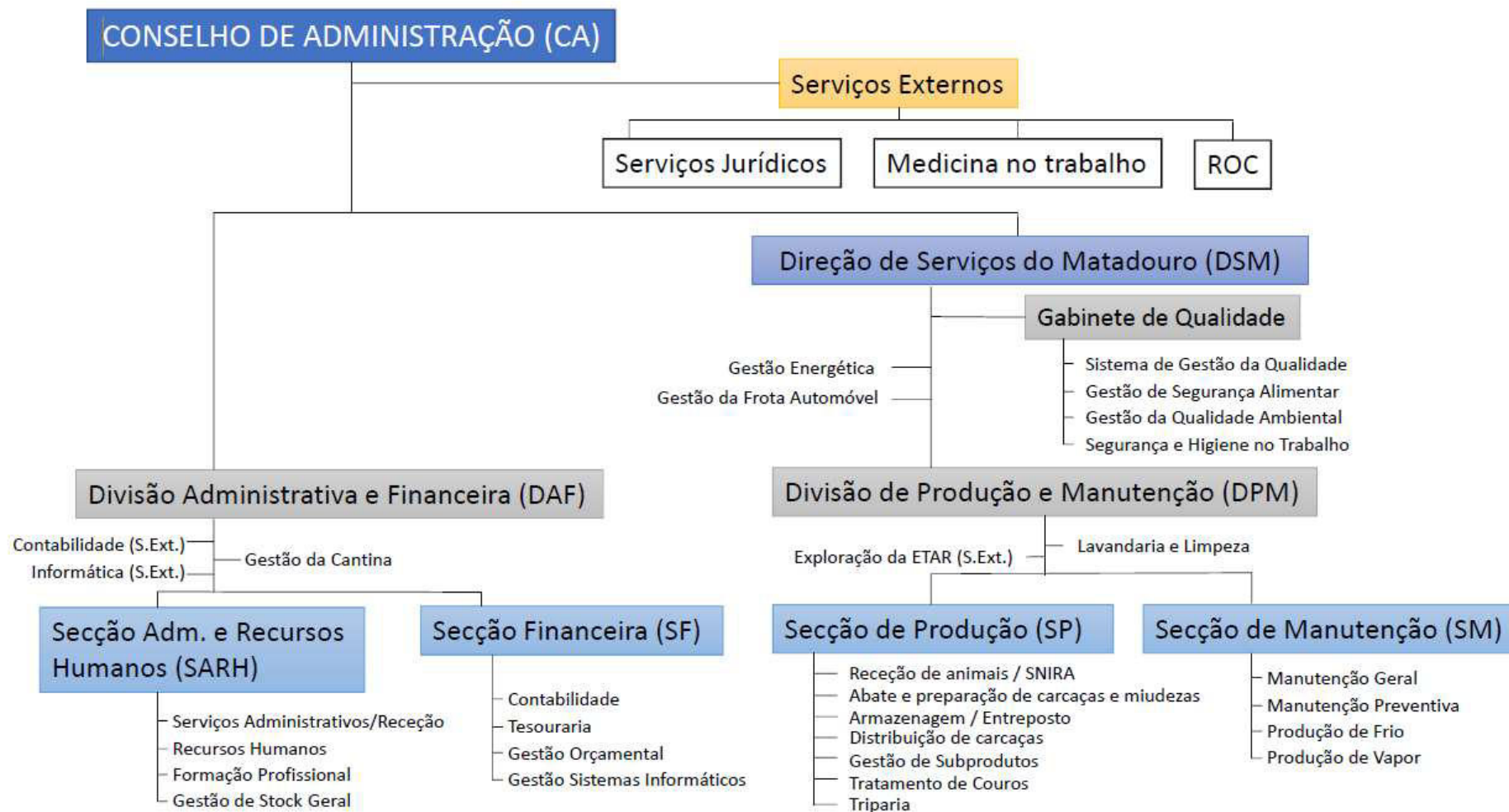
Aguarda-se a nomeação de um novo F.U.

Acionista: Região Autónoma da Madeira (100%)

¹ Apresentou o pedido de exoneração com data de efeitos a 31/10/2023

Estrutura Organizacional

Organograma do CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM



2. Estratégia e objetivos

2. 1. Objetivos estratégicos

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano 2023 incluiu a definição dos eixos estratégicos pelos quais se deve orientar a ação do CARAM constituindo-se assim como um instrumento de avaliação e transparência.

Os Eixos Estratégicos definidos estão em linha com a Missão, Visão e Valores anteriormente elencados.

A visão estratégica vertida na definição destes eixos e respetivos objetivos tem como propósito a prossecução da criação de valor para diversos stakeholders, destacando-se três categorias de destinatários:

- Cidadãos e empresas utilizadores dos serviços públicos;
- Administração Pública;
- Sociedade em geral.

Eixo estratégico 1

Promover a excelência operacional, mantendo a estratégia de reforço da solidez financeira

Objetivo 1

Melhorar a performance económica da empresa diminuindo o gap de rentabilidade face às empresas participadas

Objetivo 2

Garantir o foco no planeamento estratégico e na gestão por resultados, definindo um quadro de ação estratégico que possibilite minorar os desequilíbrios e garantir a sustentabilidade da atividade operacional da empresa.

Objetivo 3

Alterar ou melhorar o nível da gestão organizacional encontrando pontos de ancoragem organizacional capazes de garantir a sua eficácia em termos operacionais, passando do “business as usual” para o “business as unusual”.

Objetivo 4

Assegurar ambientes de trabalho positivos, participativos e capazes de melhorar os resultados do desempenho organizacional estimulando e valorizar, a inovação e a apropriação dos saberes organizacionais.

Objetivo 5

Medir e avaliar os resultados da gestão (resultados obtidos versus resultados desejados) que permitam a disponibilidade de dados reais que possam definir acertos de estratégia.

Objetivo 6

Recorrer, sempre que possível, ao benchmarking no sentido de equiparar a gestão da empresa aos referenciais de performance reconhecidos como padrão de excelência no nosso ramo de atividade.

Objetivo 7

Garantir a utilização eficaz e eficiente dos recursos ao dispor do CARAM assegurando desta forma a criação de valor para todos os stakeholders.

Eixo estratégico 2

Contratualização da prestação de serviço publico

Objetivo 1

As empresas encarregadas da prestação de serviço público devem elaborar e apresentar à Região propostas de contratualização da prestação de serviço, associando metas quantitativas a gastos auditáveis e que reflitam um esforço de comparação permanente com as melhores práticas do mercado.

Eixo estratégico 3

Qualidade de serviço: promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e adotar metodologias de medição dos resultados através do grau de satisfação dos clientes/utentes.

Eixo estratégico 4

Política de gestão de pessoas e promoção da igualdade: conceber e implementar políticas de gestão de pessoas orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo à formação, a fim de captar o conhecimento dos colaboradores e envolvê-los no processo de tomada de decisão, aumentando a sua produtividade, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira, conceber e implementar planos de igualdade entre homens e mulheres, permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;

Eixo estratégico 5

Fomentar e desenvolver uma política de inovação e qualidade, promovendo e estimulando as novas ideias, novos produtos, novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;

Eixo estratégico 6

Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da empresa que cubram todos os riscos relevantes assumidos, que assegurem a melhoria de tomada de decisões no sentido de atingir metas e objetivos da organização, apoiados em sistemas de informação e ferramentas de gestão (conhecer para melhor agir) e fortalecimento dos mecanismos de “accountability”, suscetíveis de permanente audibilidade por parte das entidades competentes para o efeito, nomeadamente da Inspeção Regional de Finanças e o Tribunal de Contas.

3. Atividade

3.1. Enquadramento

O CARAM EPERAM tem por missão principal assegurar o serviço público de abate de animais domésticos.

Apesar do evidente interesse público e das claras externalidades positivas que gera esta é uma atividade de negócio que não é devidamente remunerada fazendo com que o preço cobrado aos seus apresentantes não reflita, de todo, os custos totais associados aos serviços prestados. De fato, e apesar das claras mais-valias em termos de saúde pública e de política agropecuária global para a Região, a realidade é que estamos perante um “preço social” cobrado por um serviço público que não reflete os custos efetivos a ele associados.

A existência de “preços sociais”, em contraponto com a existência de preços de mercado, implica, entre outros aspetos, que o CARAM terá de ser devidamente compensado, pelo sócio único, pelas perdas operacionais geradas por essa decisão política.

Face ao exposto a manutenção/estabelecimento de Protocolos de Indeminizações Compensatórias é absolutamente fulcral para fazer face ao diferencial de preço. Esta é uma realidade inultrapassável em face da manutenção das atuais premissas de preço que tornam a atividade operacional obrigatoriamente deficitária face aos atuais níveis de abate.

Os sucessivos Contratos de Indemnizações Compensatórias, realizados anualmente e em sede do ORAM, preveem a compensação financeira ao CARAM, EPERAM pelo diferencial entre o tarifário de mercado e o tarifário em vigor, para os serviços de abate, eliminação de resíduos e transporte de carcaças ao abrigo do estipulado nas Portaria n.º 113/2007 de 30 de Outubro e nº 54/2008 de 5 de Maio considerando as alterações subsequentes.

A circunstância deste cálculo se encontrar indexado à variação da quantidade produzida, tem penalizado, de forma bastante significativa, o CARAM EPERAM (a estrutura de custos fixos não varia independentemente da quantidade produzida) ao longo dos últimos anos e o facto de, ano após ano, haver limitações ao seu valor, indexando-o ao valor máximo do contrato assinado no ano anterior, tem adensado ainda mais essa penalização na medida em que empurra os valores a transferir por este mecanismo para montantes abaixo do que efetivamente deveriam ser estabelecidos.

Toda a envolvente que imperou nos últimos anos aponta para um ano de 2024 carregado de incertezas e desafios tanto mais pelo facto de, previsivelmente, grande parte do ano ser passado com a gestão de um orçamento em duodécimos.

A estrutura tendencialmente deficitária, já referida anteriormente, potencia ainda mais os desafios e dificuldades ao nível, entre outros, da gestão da tesouraria.

As dificuldades atuais, conforme é conhecimento das Tutelas, resultam, fundamentalmente, de três fatores:

1. A atual estrutura de preços mantém-se quase inalterada desde 2007;
2. Pontualmente assistiu-se a uma atualização dos preços no final do ano de 2023 cujos efeitos práticos em termos de faturação foram mínimos;
3. O subfinanciamento crónico da atividade do abate;
4. A redução drástica do volume de abates ao longo da última década.

Os reiterados *deficits* de tesouraria do CARAM EPERAM derivam dos factos ora expostos e serão uma realidade previsível para o ano de 2024 caso não haja um rápido ajustamento dos fatores acima referenciados.

3.2. Atividades mais relevantes em 2023

Abate de Animais

O Core-business da CARAM é, naturalmente, o abate de animais domésticos, sector que tem vindo a decrescer, em termos de *trend* mas com honrosas exceções pontuais, nos últimos anos de forma significativa. A procura do mercado interno tem sido suprida recorrendo, de forma crescente através importação de carne refrigerada, ao invés do consumo de carne fresca regional.

Incluídos nesta área de atividade estão a recolha dos animais vivos ao produtor sempre que solicitado e a distribuição do produto do abate em toda a Região o que implica o recurso a viaturas devidamente capacitadas e que cumpram todas as normas de frio e sanitárias, essenciais a este tipo de bem. Neste aspeto é importante relevar a importância dos investimentos para a frota automóvel de distribuição do CARAM previstos para os próximos anos.

Relativamente ao ano em análise, verificamos uma diminuição nos Kg abatidos de 6,43 %, quando comparado com o ano anterior, embora esta diminuição seja de 11,14 % no número de cabeças. (vide quadro em baixo).

	2022	2023	Δ 2023/ 2022 %
N.º de Cabeças	7,735	6,873	-11.14%
Kgs Abatidos	1,055,316	987,440	-6.43%

Tratamento de Couros

A área de negócio dos couros, hoje em clara perda face à conjuntura internacional, consiste, essencialmente na salga e dobra das peles dos bovinos para posterior envio e valorização. No ano de 2022 a comercialização dos couros significou uma receita bruta de apenas € 54.901,08 sendo que em 2023 esse resultado se cifrou em, € 52.222,25 fruto da ligeira diminuição verificada no abate de bovinos, por um lado e por outro das cotações internacionais que influenciaram os preços de transação deste bem.

Refira-se que esta área de negócios teve efeitos práticos muito forte numa época de forte contração do volume de abates criando fontes de rendimento alternativas que se revelaram muito importantes, à altura, para o CARAM. Atualmente, como já referenciado, fruto da pandemia do COVID 19, da instabilidade geopolítica e inerente "arrefecimento" da economia global estas receitas encontram-se bastante reduzidas face ao que já foram no passado.

Tratamento de Subprodutos de Origem Animal

Esta atividade consiste na receção, congelação e expedição, para valorização, de subprodutos de origem animal de categoria III, (ossos, aparas de carne e peixe, gorduras, entre outras), quer de produção própria, quer ainda das provenientes de talhos e de salas de desmancha de toda a Região, bem como restos de pescado proveniente de peixarias e fábricas de transformação de pescado.

Esta área de negócio apresenta várias vantagens, quer para o CARAM, EPERAM, em termos financeiros – em 2023 representou um aporte de € 59.109 em termos de receita – quer para o ambiente na Região Autónoma da Madeira com o reaproveitamento destes subprodutos evitando a sua destruição na Estação de Tratamentos da Meia Serra.

3.3. Riscos associados à Atividade

Os riscos internos e externos associados à atividade do CARAM, e que abaixo melhor se reproduzem, derivam da definição estratégica da Matriz SWOT para o ano 2023.

Matriz SWOT - CARAM



3.3.1 Internos

- Taxas desatualizadas / Desajustadas
- Frota envelhecida e desadequada
- Equipamentos e instalações envelhecidas e desadequadas
- Aproveitamento energético deficitário ou inexistente
- Grande exposição a fatores exógenos

3.3.2 Externos

- Diminuição da produção de animais de carne
- Perda da autonomia operacional e financeira
- Aumento de custos operacionais
- Apoios à importação

3.4. Situação atual

O CARAM, EPERAM., tem por objeto a exploração e gestão da rede pública de abate de animais domésticos das espécies bovina, suína, ovina, caprina e cunídea e respetivas atividades complementares e ou acessórias, designadamente a refrigeração, a congelação, a desmancha, a armazenagem, a distribuição de carnes e a indústria de transformação de carnes.

Investido, legalmente, destas obrigações o CARAM desempenha um serviço publico essencial à adoção de carne fresca ao mercado.

As áreas de negócio onde o CARAM se insere não lhe permitem influenciar o volume de negócio ou a periodicidade do mesmo.

Nomeadamente no que se refere ao seu core business o CARAM não tem qualquer influencia quer a montante quer a jusante sobre o volume de animais apresentados a abate e posteriormente ao mercado regional de consumo de carnes vermelhas. Esta falta de influência acaba por se verificar igualmente nas restantes áreas de negócio do CARAM nomeadamente a salga e venda de couros e a receção de subprodutos para posterior congelamento e expedição.

A falta de capacidade para influenciar o sector agropecuário de produção de animais para consumo humano implica igualmente a ausência de capacidade para influenciar os tempos de ação desse sector obrigando por tal à existência de uma capacidade instalada que tem de estar constantemente pronta para servir o mercado e o seus clientes. Esta disponibilidade permanente tem naturalmente custos elevados obrigando a uma estrutura fixa pesada e naturalmente dispendiosa.

Défice de exploração

Como é do conhecimento da Tutela, o CARAM tem vindo, desde 2007 e até ao presente, a acumular um deficit de exploração nas suas atividades operacionais.

Com efeito e durante este referido período, o CARAM acumulou um deficit de exploração na ordem dos 2.809.286€ (dois milhões, oitocentos e nove mil, duzentos e oitenta e seis euros), sendo evidente as implicações na estrutura operacional derivada da circunstância de, desde 2007, não terem sido feitas as atualizações das tabelas de preços do CARAM de acordo com o coeficiente de atualização anual, conforme determina o artigo 2.º da Portaria nº 113/2007, de 30 de outubro. Resta referir que em finais de novembro de 2023 as tabelas foram atualizadas de acordo com o IPC registado para o ano. Esta medida, no entanto, pelo *timing* verificado não produziu os efeitos espectáveis, na medida em que apenas teve efeito na faturação de dezembro.

Tabela de Preços

Sem prejuízo do que antes se disse quanto à inexistência das referenciadas atualizações automáticas, é também certo que a tabela de preços em vigor (atualizada apenas em finais de novembro e com efeitos apenas em dezembro) não sofreu qualquer outra atualização que tenha acautelado e atenuado os elevados e crescentes custos de produção, no sentido de ser salvaguardada a implementação, ainda que, naturalmente, gradual, de medidas de sustentabilidade da presente atividade de serviço público.

A este respeito, veja-se o que diz o Tribunal de Contas no Relatório N°14/2014-FS/SRMTC do Tribunal de Contas elaborado na sequência da auditoria às contas do CARAM (Relatório N°14/2014-FS/SRMTC).

“(... Ora, não havendo atualização do preço fixado pela SRARN, o valor da indemnização compensatória, ou seja a diferença entre o preço de equilíbrio (resultante da consulta dos preços praticados por outros matadouros a nível nacional) e o efetivamente praticado pela empresa e aprovado pela tutela, é maior...)”

“(... Pese embora as reiteradas recomendações da SRPF, continua por efetuar a atualização do tarifário da empresa, o que prejudica gravemente a geração de maiores rendimentos para esta empresa pública regional...)”.

Descontos Financeiros

Para melhor se entender a globalidade da questão da tabela de preços cobrados por esta entidade pública empresarial há ainda a acrescentar o impacto negativo do Desconto Financeiro que foi instituído pela Portaria n° 29/2009 de 9 de Março, alterada pela Portaria n° 253/2016 de 4 de junho, isto porque, através deste mecanismo, se impôs a adoção de um desconto de pronto pagamento aos (maiores) apresentantes/utentes desde que estes, entre os outros pressupostos ali melhor definidos, verifiquem um determinado valor mínimo de faturação mensal que ali está também melhor fixado.

A este propósito refere o Relatório N°14/2014-FS/SRMTC:

“(...Este desconto é inteiramente suportado pela entidade empresarial, não entrando em linha de conta para o cálculo das Indemnizações Compensatórias

4. Plano de investimentos

Quadro – Investimentos

Unid €

Investimentos	2023	2022	Δ
			2022/2023
Projeto 50129 - Equilíbrio Financeiro Dexia		541,666.52 €	-541,666.52 €
Projeto 52411 - Projeto Novo Matadouro		165,764.45 €	-165,764.45 €
Beneficiação Equipamentos/Instalação	5,368.00 €	4,209.00 €	1,159.00 €
Equipamento Manutenção	280.00 €		280.00 €
Equipamentos Produção	10,370.00 €	2,928.00 €	7,442.00 €
Total	16,018.00 €	714,567.97 €	- 698,549.97 €

Para além dos investimentos previstos nos projetos identificados no quadro acima, o CARAM tem efetivado investimentos nas várias áreas identificadas, nos montantes aí explanados.

Estes investimentos têm sido efetuados através do Orçamento privativo do CARAM, mais concretamente do seu orçamento de funcionamento, não tendo sido alvo de nenhum outro mecanismo de apoio.

Quadro - Financiamento dos investimentos

Unid €

	2023	2022	Δ
			2022/2023
Investimentos c/IVA	181,782.45 €	548,803.52 €	- 367,021.07 €
Fontes de Financiamento			
381	165,764.45 €		165,764.45 €
513	16,018.00 €	2,379.00 €	13,639.00 €
712		541,666.52 €	- 541,666.52 €
381; 513		1,830.00 €	- 1,830.00 €
381; 513; 522		2,928.00 €	- 2,928.00 €



O valor referente ao pagamento com a Fonte de Financiamento 381, no valor de 165 764,45 €, dizem respeito a uma fatura que transitou do ano anterior.

5. Análise Económica - Financeira

5. 1. Receitas Operacionais

Quadro – Principais Receitas operacionais

Unid. €

Receitas Operacionais	2023	2022	Δ 2022/2023
Vendas e serviços prestados	450,196.17 €	462,245.68 €	-12,049.51 €
Subsídios à exploração	874,808.00 €	354,968.00 €	519,840.00 €
Outros Rendimentos	10,054.23 €	19,731.48 €	-9,677.25 €
Total	1,335,058.40 €	836,945.16 €	498,113.24 €

No decorrer do ano de 2023, verificou-se uma diminuição das receitas operacionais nas rubricas de Vendas e Serviços prestados (12.049,51€), assim como em outros rendimentos (9.677,25€). Esta tendência foi, no entanto, revertida na totalidade pelos subsídios à exploração que tiveram um aumento de 519.840,00€).

5.2. Gastos Operacionais

Quadro – Principais Gastos operacionais

Unid €

Gastos Operacionais	2023	2022	Δ 2022/2023
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	44,088.33 €	42,314.20 €	1,774.13 €
Fornecimentos e serviços externos	427,696.22 €	393,536.28 €	34,159.94 €
Gastos com o pessoal	925,564.81 €	892,771.10 €	32,793.71 €
Total	1,397,349.36 €	1,328,621.58 €	68,727.78 €

Nos gastos operacionais verificou-se um aumento de 68.727,78 € (Cerca de 5%). Este aumento está relacionado com o aumento generalizado dos preços verificado em 2023 assim como a atualização das remunerações verificadas em 2023.

5.3. Recursos Humanos

Quadro – Recursos Humanos

Unid €

Recursos Humanos	2023	2022	Δ
			2022/2023
a) Gastos com Orgãos Sociais	164,801.02 €	165,198.03 €	- 397.01 €
b) Gastos com cargos de Direção	37,081.08 €	34,230.34 €	2,850.74 €
c) Vencimento do pessoal	528,331.92 €	511,146.13 €	17,185.79 €
(i) Vencimento base + Subs. Férias + Subs. Natal	469,111.10 €	456,387.36 €	12,723.74 €
(ii) Outros subsídios	59,220.82 €	54,758.77 €	4,462.05 €
(iii) Valorizações Remuneratórias	- €	- €	- €
d) Benefícios pós-emprego		128.31 €	- 128.31 €
e) Ajudas de Custo	8,065.47 €	9,205.12 €	- 1,139.65 €
f) Restantes Encargos dos quais formação profissional	187,285.32 €	172,676.06 €	14,609.26 €
g) Rescisões/indeminizações		187.11 €	- 187.11 €
Total Gastos totais com pessoal= (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	925,564.81 €	892,771.10 €	32,793.71 €
Designação			
Nº Total Recursos Humanos (O. S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	46	48	
Nº Orgãos Sociais (O.S) (número)	2	3	
Nº Cargo de direção sem O.S. (número)	2	2	
Nº trabalhadores sem O.S e sem cargos Direção (número)	42	43	

No decorrer de 2023, ocorreram atualizações salariais de acordo com os Decretos de Lei 84-F/2022 e 26-B/2023, ambos com efeitos a partir de janeiro. Esta atualização salarial teve um grande impacto na rubrica dos Gastos com o Pessoal, embora esta entidade tenha conseguido algumas poupanças por via de várias Baixas Médicas e Licenças de Maternidade/Paternidade verificadas no decorrer do ano. Verificou-se nesta rubrica, comparativamente a 2022 um aumento de 32.793,71 € (3,67%).

5.4. Fornecimentos e Serviços Externos

Quadro - Fornecimentos e Serviços Externos

Unid €

Fornecimentos e Serviços Externos	2023	2022	Δ 2022/2023
Trabalhos especializados	77,674.42 €	86,871.39 €	-9,196.97 €
Publicidade, comunicação e imagem			0.00 €
Honorários	15,583.32 €	18,343.32 €	-2,760.00 €
Comissões	8.00 €	3.12 €	4.88 €
Conservação e reparação	60,684.60 €	25,715.98 €	34,968.62 €
Outros serviços especializados		6.24 €	-6.24 €
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	24,273.77 €	33,646.18 €	-9,372.41 €
Material de escritório	2,247.57 €	2,652.81 €	-405.24 €
Eletricidade	101,154.12 €	71,053.09 €	30,101.03 €
Combustíveis e lubrificantes	74,370.45 €	77,235.08 €	-2,864.63 €
Água	22,302.38 €	23,502.92 €	-1,200.54 €
Outros (Energia e Fluidos)	2,903.73 €	2,439.36 €	464.37 €
Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	9,738.04 €	5,961.24 €	3,776.80 €
Rendas e alugueres	6,972.49 €	3,948.30 €	3,024.19 €
Comunicações	2,467.37 €	2,609.46 €	-142.09 €
Seguros	9,857.80 €	9,857.88 €	-0.08 €
Contencioso e notariado	405.00 €	295.00 €	110.00 €
Despesas de representação dos serviços		70.00 €	-70.00 €
Limpeza, higiene e conforto	4,359.94 €	15,333.70 €	-10,973.76 €
Outros serviços	12,693.22 €	13,991.21 €	-1,297.99 €
Total	427,696.22 €	393,536.28 €	34,159.94 €

Como podemos observar no quadro acima, os aumentos mais significativos foram nas rubricas dos consumos energéticos (*Eletricidade*), na ordem de 30.101,03 €, quando comparado com o ano anterior. De realçar também o aumento de 34.968,62 € na rubrica de *Conservação e reparação*, que foi provocado pela grande necessidade de investimento em toda a estrutura operacional desta EPE, cerca de 20.000€ na frota de viaturas e cerca de 40.000€ em outras reparações.

5.5. Estrutura de Resultados

Quadro - Estrutura de Resultados

Unid €

Demonstração dos Resultados	2023	2022	Δ 2022/2023
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)	-118,371.65 €	-534,663.25 €	416,291.60 €
Resultado Operacional/ Resultado antes de Imposto	-292,783.65 €	-717,846.35 €	425,062.70 €
Resultado Líquido do Período	-278,851.72 €	-702,950.89 €	424,099.17 €

O Resultado Líquido do Período de 2023, foi de -278.851,72 €, sofrendo um desagravamento de 424.099,17 €, quando comparado com 2022. Esta melhoria significativa está relacionada com a alteração da ótica de financiamento público a esta EPE que passou a ser por vias de Indemnizações Compensatórias ao invés de Aumentos de Capital.

5.6. Endividamento

Em 2022 o CARAM efetuou a amortização total do EMLP que detinha com o Dexia Credit Local, S.A., atingindo o endividamento zero.

5.7. Estrutura patrimonial

Quadro – Estrutura Patrimonial

Unid €

Balanço	2023	2022	Δ 2022/2023
Ativo			
Ativo não corrente	6,258,363.87 €	6,349,881.45 €	-91,517.58 €
Ativo corrente	244,104.16 €	401,763.30 €	-157,659.14 €
Total Ativo	6,502,468.03 €	6,751,644.75 €	-249,176.72 €
Património Líquido			
Património/Capital	4,716,855.00 €	4,575,481.00 €	141,374.00 €
Resultados Transitados	-8,111,010.35 €	-7,509,001.47 €	-602,008.88 €
Outras variações no Património Líquido	9,008,929.06 €	9,060,383.75 €	-51,454.69 €
Resultado Líquido do Período	-278,851.72 €	-702,950.89 €	424,099.17 €
Total do Património Líquido	5,335,921.99 €	5,423,912.39 €	-87,990.40 €
Passivo			
Passivo não corrente	811,279.37 €	884,994.70 €	-73,715.33 €
Passivo corrente	355,266.67 €	442,737.66 €	-87,470.99 €
Total do Passivo	1,166,546.04 €	1,327,732.36 €	-161,186.32 €
Total do Património Líquido e Passivo	6,502,468.03 €	6,751,644.75 €	-249,176.72 €

A estrutura patrimonial desta entidade sofreu uma diminuição de 249.176,72 € em muito influenciada pelo pagamento da dívida comercial, pelas amortizações registadas para o ano, pela falta de investimento e pelo valor reduzido do aumento de capital.

6. Perspetivas futuras

O Conselho de Administração do CARAM, composto atualmente por apenas dois membros, aguarda a nomeação de um novo C.A. na medida em que o mandato para o qual foram inicialmente nomeados terminou a 31/12/2023.

Para o ano de 2024, a tabela de taxas deverá ser atualizada de acordo com o IPC sem habitação, fixado nos 4,95%, o que deverá gerar um acréscimo de receita própria para esta entidade, não sendo, no entanto esta medida suficiente para reverter, só por si, a situação de dependência financeira em que a mesma se encontra. A acrescer a esta situação reitera-se o alerta às tutelas a propósito da continuada diminuição do volume de abate na RAM.

7. Proposta de aplicação de Resultados

Propõe-se a transferência do Resultado Líquido do Período para a conta Resultados Transitados.

8. Anexo I

8.1. Cumprimento das orientações legais

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2022	CUMPRIMENTO (S/N/N.A.)	QUANTIFICAÇÃO / IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERENCIA AO PONTO DO RELATORIO
Objetivos de Gestão	N.A.	-	2
Metas a atingir constantes no PAO 2023	N.A.	-	2
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Despesa 81% Receita 86%	Anexo I - Ponto 2.1
Gestão do Risco Financeiro	S		Anexo I - Ponto 3
Limites de Crescimento do Endividamento	S		Anexo I - Ponto 4
Evolução do PMP a fornecedores	S		Anexo I - Ponto 6
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S		Anexo I - Ponto 6
Recomendações dos Acionistas na última aprovação de contas - Resultados obtidos	S		Anexo I - Ponto 7
Recomendações/Reservas emitidas na última CLC	S		Anexo I - Ponto 8
Orientações sobre as Remunerações/honorários			
Não atribuição de prémios de gestão	N.A.		
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2023 (se aplicável)	S		Anexo I - Ponto 9.2 – Quadro 16
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2023 (se aplicável)	N.A.		Anexo I - Ponto 9.3

Auditor Externo – redução remuneratória vigentes em 2023 (se aplicável)	N.A.		Anexo I - Ponto 9.4
Aplicação do artigo 24."-A do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira			
Não utilização de cartões de crédito	S		Anexo I - Ponto 10.1
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Anexo I - Ponto 10.2
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Anexo I - Ponto 10.3
Valor máximo de despesas associadas às viaturas de serviço.	S		Anexo I - Ponto 10.4
Despesas não documentadas ou confidenciais -nº 2 do artigo 15º do RJSERAM e do artigo 8º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Anexo I - Ponto 11
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	S		Anexo I - Ponto 12
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S		Anexo I - Ponto 13.1
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		Anexo I - Ponto 13.3
Medidas de otimização da Estrutura de Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		Anexo I – Quadro 28

Contratação Pareceres, de Estudos, Projetos e Consultoria (artigo 62º do DLR nº 28-A/2021/M, ORAM 2022)	N.A.		Anexo I - Ponto 15
Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas	N.A.		Anexo I - Ponto 16
Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade, conforme determina o artigo 48º do RJSERAM Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens – nº 2 da RCM nº 18/2014	S		Anexo I - Ponto 17
Elaboração e divulgação da Demonstração não Financeira	S		Anexo I - Ponto 18
Informação a constar no site do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira	S		Anexo I - Ponto 19

1. Objetivos de Gestão

Tendo sido definidos, no âmbito do Plano de Atividades e Orçamento de 2023, não foram no entanto alvo de contratualização através da ferramenta de Contrato de Gestão para o período em análise.

2. Metas a atingir constantes no PAO 2023,

Eixos Estratégicos		Objetivos					
#	Descrição	#	Descrição	Ação/Atividade	Género	Tipo	Precedência
1	Promover a excelência operacional, mantendo a estratégia já encetada de reforço da solidez financeira	1	Melhorar a performance económica das empresas públicas regionais, diminuindo o gap de rentabilidade face às empresas participadas	Diminuição de custos com FSE's por unidade produzida Estudo energético de otimização	operacional métrico	KPI	Aprovação Contrato de Gestão
		2	Mudar o foco para a importância do planeamento estratégico e da gestão por resultados, definindo um quadro de ação estratégico que possibilite e aumente o contributo das empresas públicas regionais em ordem a alcançar a meta do equilíbrio e sustentabilidade do setor e de suporte aos seus planos operacionais.	Criação de documento estratégico com enquadramento macro, ações e indicadores económicos e operacionais.	estratégico executivo	PE	Aprovação do PAO pelas Tutelas
		3	Alterar ou melhorar o nível da gestão organizacional encontrando pontos de ancoragem organizacional capazes de garantir a sua eficácia em termos operacionais, passando do "business as usual" para o "business as unusual".	Criação de documento estratégico com enquadramento macro, ações e indicadores económicos e operacionais.	estratégico executivo	PE	Aprovação do PROF pelas Tutelas
		4	Assegurar ambientes de trabalho participativos e positivos capazes de melhorar os resultados do desempenho organizacional, e estimular e valorizar a inovação, a apropriação dos saberes organizacionais.	Criação de inquérito aos trabalhadores relativo ao "clima" organizacional. Inquérito aos trabalhadores relativo às condições de trabalho.	operacional executivo	KPI	Aprovação Contrato de Gestão
		5	Medir e avaliar os resultados da gestão (resultados obtidos versus resultados desejados), para eventuais correções de rota. Mensuração do desempenho através dos diversos indicadores que operacionalizam o modelo e que permitem a avaliação dos objetivos e metas propostas, comprovando os resultados à medida que cada ação é executada.	Avaliação Trimestral da Execução Orçamental	operacional métrico	KPI	Aprovação Contrato de Gestão
		6	Recorrer, sempre que possível ao benchmarking, no sentido de encontrar benchmarks para os seus indicadores e processos de gestão, com o objetivo de serem obtidas comparações entre os seus indicadores e os de outras organizações, de modo a obter um referencial e um nível de performance, reconhecidos como padrão de excelência.	Criação de documento estratégico com enquadramento macro, ações e indicadores económicos e operacionais.	operacional métrico	KPI	Aprovação Contrato de Gestão
		7	Garantir que se atinja a eficácia, eficiência, objetivos, metas e resultados pretendidos, assegurando desta forma a criação de valor para todos os stakeholders das organizações, bem como a sustentabilidade destas.	Criação de documento estratégico com enquadramento macro, ações e indicadores económicos e operacionais.	operacional métrico	KPI	Aprovação Contrato de Gestão
2	Contratualização da prestação de serviço público			Criação de contrato de gestão com as metas quantitativas propostas perfeitamente audíveis com o intuito de avaliação do percurso da gestão e medição do alinhamento com as estratégias definidas pelas tutelas.	estratégico executivo	PE	Aprovação do Contrato de Gestão
3	Qualidade de serviço: promover a melhoria a contínua da qualidade do serviço prestado e adotar metodologias de medição dos resultados através do grau de satisfação dos clientes/utentes.			Medição, por via de inquéritos de qualidade de serviço e satisfação aos clientes pelo menos uma vez por ano.	operacional executivo	KPI	Aprovação Contrato de Gestão
				Participação na feira do gado por forma a dar a conhecer a atividade e os processos de controlo existentes que garantem	operacional executivo	KPI	Aprovação Contrato de Gestão
4	Política de gestão de pessoas e promoção da igualdade: conceber e implementar políticas de gestão de pessoas orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo à formação, a fim de captar o conhecimento dos colaboradores e envolvê-los no processo de tomada de decisão, aumentando a sua produtividade, um quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira, conceber e implementar planos de igualdade entre homens e mulheres, permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;			SIADAP 3	operacional executivo	KPI	Aprovação Contrato de Gestão
				Plano de formação e Ficha de desenvolvimento pessoal	operacional executivo	KPI	Aprovação Contrato de Gestão
5	Fomentar e desenvolver uma política de inovação e qualidade, promovendo e estimulando as novas ideias, novos produtos, novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;			Criação de documento estratégico com enquadramento macro, ações e indicadores económicos e operacionais.	estratégico executivo	PE	Aprovação da Visão Estratégica pelas Tutelas
6	Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da empresa que cubram todos os riscos relevantes assumidos, que assegurem a melhoria de tomada de decisões no sentido de atingir metas e objetivos da organização, apoiados em sistemas de informação e ferramentas de gestão (conhecer para melhor agir) e fortalecimento dos mecanismos de "accountability", suscetíveis de permanente audibilidade por parte das entidades competentes para o efeito, nomeadamente da Inspeção Regional de Finanças e o Tribunal de Contas.			Relatório de contas trimestral. Relatório de Contas Anual. Execução de relatório sobre o estado atual dos sistemas de informação e controlo existentes e proposta/sugestão de melhorias a introduzir e execução destas sempre que exista racional de melhoria e após análise ponderada em custo/benefício.	operacional executivo	KPI	Aprovação Contrato de Gestão

2.1. Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE

Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE				
Agrupamento	Ano 2023		Diferença	Realização
	Aprovado/Corrigido	Realizado	Valor	%
Receitas				
R04 - Taxas, multas e outras penalidades	460,781.00 €	344,906.85 €	-115,874.15 €	75%
R06 - Transferências correntes	1,071,026.00 €	1,040,572.45 €	-30,453.55 €	97%
R07 - Venda de bens e serviços correntes	283,000.00 €	140,331.68 €	-142,668.32 €	50%
R08 - Outras receitas correntes	12,000.00 €	7,132.49 €	-4,867.51 €	59%
Subtotal Receitas Correntes	1,826,807.00 €	1,532,943.47 €	-293,863.53 €	84%
R10 - Transferências de capital	141,374.00 €	141,374.00 €	0.00 €	100%
R11 - Ativos financeiros	0.00 €	0.00 €	0.00 €	
R15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	5,177.00 €	5,176.78 €	-0.22 €	100%
R16 - Saldo da Gerência anterior	122,114.00 €	122,113.81 €	-0.19 €	100%
Subtotal Receitas de Capital	268,665.00 €	268,664.59 €	-0.41 €	100%
Total Receitas	2,095,472.00 €	1,801,608.06 €	-293,863.94 €	86%
Despesas				
D01 - Despesas com o pessoal	1,008,694.00 €	925,474.73 €	-83,219.27 €	92%
D02 - Aquisição de Bens e Serviços	972,250.00 €	704,430.43 €	-267,819.57 €	72%
D03 - Juros e outros encargos	0.00 €	0.00 €	0.00 €	
D05 - Subsídios	12,119.00 €	805.00 €	-11,314.00 €	7%
D06 - Outras despesas correntes	102,409.00 €	70,585.30 €	-31,823.70 €	69%
Subtotal despesas correntes	2,095,472.00 €	1,701,295.46 €	-394,176.54 €	81%
D07 - Aquisição de Bens de Capital	0.00 €	0.00 €	0.00 €	
D10 - Passivos financeiros	0.00 €	0.00 €	0.00 €	
Subtotal Despesas de Capital	0.00 €	0.00 €	0.00 €	
Total Despesas	2,095,472.00 €	1,701,295.46 €	-394,176.54 €	81%

3. Gestão do Risco Financeiro

Quadro 8 – Gestão do Risco Financeiro

Gestão do Risco Financeiro	Cumprido (S/N/N.A.)	Descrição
<p>Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diversificação de instrumentos de financiamento - Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis - Diversificação de entidades credoras - Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado. 	N.A.	
<p>Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis - Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação - Minimização da prestação de garantias reais - Minimização de cláusulas restritivas (covenants) 	N.A.	
<p>Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adoção de políticas que minimizem a afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos - Opção pelos investimentos com comprovada rendibilidade social/empresarial, que beneficiam de Fundos Comunitários e de Capital Próprio - Utilização de autofinanciamento e de receitas de desinvestimento 	N.A.	
<p>Inclusão nos R&C</p> <ul style="list-style-type: none"> - Descrição da evolução da taxa média de financiamento nos últimos 5 anos 	S	Quadro 9

- Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos. - Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro.		
Reflexão nas DF 2023 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira	N.A.	

Quadro 9 – Gestão do Risco Financeiro

Anos	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Encargos financeiros (€)	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Taxa média de financiamento (%)	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%

Não foram pagos quaisquer juros nos últimos anos pelo EMLP detido pelo CARAM junto do Dexia Credit Local. As amortizações efetuadas foram todas unicamente de Capital, uma vez que a taxa indexante (EURIBOR a 6M) era negativa. Em 2022 procedeu-se à amortização total do empréstimo. Data a partir da qual o CARAM não detém nenhum empréstimo.

4. Limites de Crescimento do Endividamento

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 26.º do RJSERAM (DLR n.º 151/2021/M, de 30 de junho): "Podem, ainda, ser fixadas, mediante decisão do titular da função acionista, normas em matéria de endividamento para cada exercício económico"

O CARAM, a 31/12/2023, não detém quaisquer empréstimos.

5. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

Quadro 10 - Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

PMP a fornecedores	2023	2022	Variação 23/22	
			Valor	%
Prazo (dias)	4	51	-47	-1175.00%

A diminuição considerável neste indicador, prendeu-se com o facto de ter sido paga uma fatura que transitou de 2022 para 2023 (Agropromotora Internacional, S.A.), no valor de 165 764,45 € cujo

pagamento dependia da receção da respetiva verba por parte do Governo Regional, ao abrigo do Contrato Programa assinado no âmbito do Projeto PIDDAR nº 42411. Esta verba foi transferida em 2023 e de imediato paga.

6. Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)

Quadro 11 - Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)

Dívidas vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com art. 1º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquis. de Bens e Serviços	23,704.40 €	- €	- €	- €	- €
Aquis. de Capital	- €	- €	- €	- €	- €
Total	23,704.40 €	- €	- €	- €	- €

O CARAM tem por norma interna efetuar o máximo de pagamentos possíveis no final do ano, de forma a não entrar no âmbito das normas relativas às entidades com pagamentos em atraso.

7. Recomendações dos Acionistas- Resultados obtidos

A prestação de contas do CARAM, referente a 2022, foi aprovada a 04/07/2023, através de Despacho Conjunto dos Exmos. Srs. Secretário Regional das Finanças e Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Mais se determinou neste Despacho que o resultado negativo, no montante de 702.950,89 € (setecentos e dois mil, novecentos e cinquenta euros e oitenta e nove cêntimos), fosse integralmente transferido para Resultados Transitados, conforme proposto pelo CA do CARAM.

Tal determinação foi cumprida de imediato.

8. Recomendações/ Reservas emitidas na última CLC

Na Certificação Legal das Contas do CARAM referente a 2022, esta entidade foi alvo de uma Reserva:

“Dada a inexistência de uma avaliação externa e independente dos imóveis, não nos é possível pronunciar sobre o valor dos Ativos Fixos Tangíveis mostrados no balanço pelo montante de 6.344.697 euros.”

O CARAM realizou uma avaliação inicial de todo o seu imobilizado em 2007. Esta avaliação sofreu uma revisão em 2010. Todos estes ativos têm sido depreciados de acordo com a legislação aplicável em vigor. Dada a débil situação financeira do CARAM, todos os seus recursos financeiros têm sido direcionados para a operação.

À data do presente relatório, aguarda-se o orçamento por parte do fornecedor para efetuar uma reavaliação do património em posse do CARAM, de forma que esta reserva possa ser ultrapassada. Dependendo do valor apresentado e da disponibilidade financeira e orçamental do CARAM.

Neste momento o CA do CARAM tem vindo a desenvolver esforços junto da Direção Regional do Património para a regularização formal do terreno e respetivo edifício que servem de sede a esta entidade Pública.

9. Orientações sobre as Remunerações/honorários

9.1. Assembleia Geral

O CARAM não tem Assembleia Geral

9.2. Conselho de Administração

Quadro 13 – Conselho de Administração – Composição

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)				Nº de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de origem	Entidade Pagadora	Identificação da data de autorização e Forma	
2021-2023	Presidente	Duarte Nuno Soares Araújo Sol	Resolução nº 1221/2020	21/12/2020	Não	IEM, IP-RAM	CARAM	-	3*
2021-2023	Vogal	Dércia Maria Vasconcelos Farinha	Resolução nº 1221/2020	21/12/2020	Não	CARAM	CARAM	-	1
2021-2023	Vogal	Roberto Nuno Fernandes Silva	Resolução nº 1221/2020	21/12/2020	Não	Externa	CARAM	-	1

(*) Dois mandatos como Vogal e um como Presidente

O vogal Roberto Nuno Fernandes Silva pediu a exoneração do cargo com data de efeitos a 31/10/2023.

Atualmente os membros do Conselho de Administração, em funções, encontram-se em gestão uma vez que o mandato terminou a 31/12/2023.

Aguarda-se a nomeação de um novo C.A.

Quadro 14 – Conselho de Administração – acumulação de funções

Membro do CA	Entidade	Função	Regime	Identificação da data, autorização e forma
	[Identificar]	[Identificar]	[Público / Privado]	AG/DUE/D
Duarte Nuno Soares Araújo Sol	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Dércia Maria Vasconcelos Farinha	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Roberto Nuno Fernandes Silva	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

AG-Assembleia Geral; DUE-Deliberação Social Unanime por escrito/D-Despacho

Nenhum membro do CA do CARAM acumula funções com outras entidades.

Quadro 15 – Conselho de Administração – Estatuto do Gestor Público

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas de Representação
Duarte Nuno Soares Araújo Sol	S	C	3,484.34 €	1,393.73 €
Dércia Maria Vasconcelos Farinha	S	C	2,901.47 €	1,160.58 €
Roberto Nuno Fernandes Silva	S	C	2,901.47 €	1,160.58 €

Quadro 16 – Conselho de Administração – Remunerações

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Duarte Nuno Soares Araújo Sol	65,505.52 €	- €	65,505.52 €	2,439.08 €	63,066.44 €
Dércia Maria Vasconcelos Farinha	54,547.54 €	- €	54,547.54 €	2,031.12 €	52,516.42 €
Roberto Nuno Fernandes Silva	45,939.86 €	- €	45,939.86 €	1,716.78 €	44,223.08 €
			165,992.92 €	6,186.98 €	159,805.94 €

Notas:

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem redução remuneratória)

(4) Redução prevista no artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

Quadro 17 – Conselho de Administração – benefícios sociais

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
Nome	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Duarte Nuno Soares Araújo Sol	6.00 €	1,326.00 €	CGA	14,978.28 €	- €	- €	-	-
Dércia Maria Vasconcelos Farinha	6.00 €	1,344.00 €	Seg. Social	12,472.65 €	- €	- €	-	-
Roberto Nuno Fernandes Silva	6.00 €	1,116.00 €	Seg. Social	10,502.98 €	- €	- €	-	-
		3,786.00 €		37,953.91 €	- €	- €	-	-

Quadro 18 – Conselho de Administração – Encargos com Viaturas

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade '(1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	(Nº)
Duarte Nuno Soares Araújo Sol	S	N	- €	Propriedade do CARAM	2021	2023	0	0	0
Dércia Maria Vasconcelos Farinha	N	-	-	-	-	-	-	-	-
Roberto Nuno Fernandes Silva	N	-	-	-	-	-	-	-	-

O Presidente do CA tem atribuída uma viatura da Marca VW que é propriedade do CARAM (adquirida em 2007).

Quadro 19 – Conselho de Administração – Deslocações

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto Total com Viagens
				Identificar	Valor	
Duarte Nuno Soares Araújo Sol	- €	- €	- €	-	- €	- €
Dércia Maria Vasconcelos Farinha	- €	- €	- €	-	- €	- €
Roberto Nuno Fernandes Silva	- €	- €	- €	-	- €	- €
						- €

Não ocorreram quaisquer deslocações em serviço por parte do CA do CARAM

9.3. Fiscalização

Conselho Fiscal

O CARAM não tem Conselho Fiscal

Revisor Oficial de Contas

Quadro 22 – Revisor Oficial de Contas – Identificação

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Nº de Anos de Funções Exercidas no Grupo	Nº de Anos de Funções Exercidas na Sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº de Registo CMM	Forma (1)	Data do Contrato		
2021-2023	Fiscal Único Efetivo	UHY – Oliveira, Branco & Associados, SROC, Lda	164	202161471	Resolução nº 788/2021	26/08/2021	-	-
2021-2023	Fiscal Único Suplente	Manuel Luís Fernandes Branco	652	20160296	Resolução nº 788/2021	26/08/2021	-	-

Atualmente o Fiscal Único, encontra-se em gestão uma vez que o mandato terminou a 31/12/2023. Aguarda-se a nomeação de um novo F.U.

Quadro 23 – Revisor Oficial de Contas – remuneração

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços -2023 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2023 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
UHY – Oliveira, Branco & Associados, SROC, Lda	6,240.00 €	- €	6,240.00 €	-	- €	- €	- €

9.4. Auditor Externo

O CARAM não tem Auditor Externo

10. Aplicação do Artigo 24º-A do Estatuto do Gestor Público da Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, no que se refere, designadamente:

10.1. A não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

O CARAM não dispõe de quaisquer meios de pagamento desta natureza.

10.2. Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal

O CARAM não procede ao reembolso de quaisquer despesas desta natureza.

10.3. Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet

O CARAM tem à disposição de cada um dos membros do CA um cartão de comunicações móveis.

Quadro 26 – Conselho de Administração – Gastos com comunicações

Membro do CA	Gastos com comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Duarte Nuno Soares Araújo Sol	9.005 €	108.06 €	
Dércia Maria Vasconcelos Farinha	9.005 €	108.06 €	
Roberto Nuno Fernandes Silva	- €	- €	
		216.12 €	

10.4. Ao valor das despesas associadas às viaturas de serviço afetas aos gestores públicos

Como já foi exposto no Quadro 18, o CARAM dispõe de uma viatura da marca VW, adquirida em 2007, que se encontra ao dispor do Presidente do CA. De salientar que esta viatura tem um valor patrimonial líquido de 0,00 € (zero euros) uma vez que pela sua idade já se encontra totalmente depreciada.

Quadro 27 – Conselho de Administração – Gastos associados a viaturas

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)	
		Combustível	Observações
Duarte Nuno Soares Araújo Sol	150 litros	1,702.37 €	Valor s/IVA
		1,702.37 €	

11. Aplicação do disposto no nº 2 do artigo 15º do RJSERAM e do artigo 8º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

O CARAM não tem quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

12. Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no nº 1 do artigo 44º do RJSERAM

Os Relatórios Anuais sobre a prevenção da corrupção, assim como o respetivo Plano encontram-se disponíveis no site do CARAM, no endereço web: www.caram.pt

13. Contratação Pública

13.1. Indicação sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2023, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.

O CARAM aplica o Código dos Contratos Públicos (CCP) em todas as suas compras.

13.2. Indicação dos procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização.

Os procedimentos internos de aquisição coincidem com o CCP, e apenas o CA tem poder para autorizar toda e qualquer despesa.

13.3. Indicação de quais os atos, ou contratos, celebrados com valor superior a 5 milhões de euros, independentemente da espécie do ato, ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

O CARAM não tem contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

14. Medidas de otimização da Estrutura de Gastos Operacionais das Empresas Públicas

Quadro 28 – Cálculo da eficiência operacional

Cálculo da eficiência operacional							
Valores em euros	2024 Prev	2023 Exec.	2022 Exec.	2021 Exec.	2020 Exec.	2024/2023	
						Δ Absol.	Var. %
(1) Vendas e serviços prestados	624,241.38 €	450,196.17 €	462,245.68 €	428,471.35 €	464,352.29 €	174,045.21 €	27.88%
(2) Subsídios à exploração	918,549.00 €	874,808.00 €	354,968.00 €	425,000.00 €	425,000.00 €	43,741.00 €	4.76%
(3) Volume de negócios (VN) = (1) + (2)	1,542,790.38 €	1,325,004.17 €	817,213.68 €	853,471.35 €	889,352.29 €	217,786.21 €	14.12%
(4) CMMC	40,983.61 €	44,088.33 €	42,314.20 €	22,784.08 €	47,581.32 €	-3,104.72 €	-7.58%
(5) FSE	527,482.79 €	427,696.22 €	393,536.28 €	357,446.63 €	364,814.38 €	99,786.57 €	18.92%
(6) Gastos com o pessoal	1,223,449.00 €	925,564.81 €	892,771.10 €	904,547.81 €	801,337.32 €	297,884.19 €	24.35%
(7) Gastos operacionais (GO) = (4) + (5) + (6)	1,791,915.40 €	1,397,349.36 €	1,328,621.58 €	1,284,778.52 €	1,213,733.02 €	394,566.04 €	22.02%
(8) GO/VN = (7) / (3)	116.15%	105.46%	162.58%	150.54%	136.47%	10.69%	9.20%
(9) EBITDA recorrente: (3) - (7)	-249,125.02 €	-72,345.19 €	-511,407.90 €	-431,307.17 €	-324,380.73 €	-176,779.83 €	70.96%

15. Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria (artigo 62º do DLR nº 28-A/2021/M, ORAM 2022)

No decorrer do período em análise não foram contratados quaisquer serviços neste âmbito.

16. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

O CARAM não foi alvo de qualquer Auditoria por parte do Tribunal de Contas nos últimos 3 anos de atividade.

17. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade

Em cumprimento do disposto do nº 2 do Artigo 48º do RJSERAM, o CARAM, nomeou em 2022 a Comissão para a Promoção da Igualdade entre Géneros, que desenvolverá esforços para a elaboração do Plano de Promoção da Igualdade entre Géneros, no CARAM.

Relativamente às remunerações pagas aos seus colaboradores, estas são processadas de acordo com o Anexo I do Regulamento de Carreiras, aprovado pelo CA a 14 de julho de 2021, não fazendo qualquer discriminação de género.

18. Elaboração e divulgação da Demonstração não financeira

Este documento encontra-se em elaboração de acordo com a Circular nº 2/SRF/UT/2023.

19. Informação a constar no site de cada empresa do universo do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira

Quadro 29- Informações a constar no site da empresa

Informações a constar no Site da empresa	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Orientações estratégicas	N.A.		
Orientações setoriais	N.A.		
Orientações que compreendem a aprovação de critérios de determinação do vencimento, benefícios e regalias dos gestores públicos, bem como a definição de indicadores para a classificação das empresas públicas regionais, que vinculam o representante da Região nas deliberações dos sócios	N		
Composição da sua estrutura societária	S	2011	
Identificação das participações sociais que detêm	N.A.		
Aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	N.A.		
Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo	N.A.		
Grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar	N.A.		
Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento	N		Em atualização
Orçamento anual e plurianual	N		Em atualização

Documentos anuais de prestação de contas	N		Em atualização
Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização	N		Em atualização
Identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios	N		Em atualização
Relatório de Sustentabilidade	N.A.		
Relatórios Anuais de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de factos mencionados na alínea a) do nº 1 do artigo 2º da Lei nº 54/2008, de 4 de setembro	S	2022	
Código de ética	N		Em atualização
Obrigações de serviço público a que está sujeita e termos contratuais da prestação de serviço público	N		Em atualização
Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos da Região nos últimos três exercícios	N		Em atualização
Estatutos	N		Em atualização
Informação Financeira histórica e atual	N		Em atualização
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	2021	Regulamento de Carreiras

8.2. Demonstrações Financeiras Anuais

8.2.1 Balanço

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2; 5	6 253 409,04	6 344 697,28
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3.3; 6	1 859,55	2 829,75
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros activos financeiros	7	3 095,28	2 354,42
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		6 258 363,87	6 349 881,45
Ativo corrente			
Inventários	3.5		
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	11		165 764,50
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	3.6; 9	101 147,67	78 598,97
Estado e outros entes públicos	10	3 894,00	3 894,00
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	11	19 735,29	973,50
Diferimentos	12	18 999,27	29 274,99
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	3.7; 4	100 327,93	123 257,34
		244 104,16	401 763,30
Total do ativo		6 502 468,03	6 751 644,75
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	13	4 716 855,00	4 575 481,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio	14	4 669 384,15	4 669 384,15
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados	15	-8 111 010,35	-7 509 001,47
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização	16	4 194 958,57	4 244 738,60
Outras variações no património líquido	17	144 586,34	146 261,00
Resultado líquido do período		-278 851,72	-702 950,89
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
		5 335 921,99	5 423 912,39
Total do património líquido		5 335 921,99	5 423 912,39
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	3.9		
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores	3.8; 19		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos	8	722 929,57	731 508,31
Outras contas a pagar	3.8; 18	88 349,80	153 486,39
		811 279,37	884 994,70
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Fornecedores	3.8; 19	51 850,75	4 302,87

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		1 864,19	2 527,38
Estado e outros entes públicos	10	27 478,48	6 428,14
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	3.9		
Fornecedores de investimentos	18		165 764,45
Outras contas a pagar	3.8; 18	274 073,25	263 714,82
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		355 266,67	442 737,66
Total do passivo		1 166 546,04	1 327 732,36
Total do património líquido e do passivo		6 502 468,03	6 751 644,75

Contas com movimentos ausentes ou duplicadas na configuração deste mapa :			
2.4.3.5			
3.1.1.9.1.22			
3.1.2.5.1			

8.2.2 Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	20	301 060,07	314 573,37
Vendas	20	52 222,25	54 901,08
Prestações de serviços e concessões	20	96 913,85	92 771,23
Transferências e subsídios correntes obtidos	21	874 808,00	354 968,00
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos c			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	22	-44 088,33	-42 314,20
Fornecimentos e serviços externos	23	-427 696,22	-393 536,28
Gastos com o pessoal	24	-925 564,81	-892 771,10
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	25	10 054,23	19 731,48
Outros gastos	26	-56 080,69	-42 986,83
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		-118 371,65	-534 663,25
Gastos/reversões de depreciação e amortização	27	-165 387,31	-164 878,59
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-283 758,96	-699 541,84
Juros e rendimentos similares obtidos	28		
Juros e gastos similares suportados	28	-9 114,69	-18 304,51
Resultado antes de impostos		-292 873,65	-717 846,35
Imposto sobre o rendimento	3.4	14 021,93	14 895,46
Resultado líquido do período		-278 851,72	-702 950,89

8.2.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		473 487,42	555 804,11
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		874 808,00	354 968,00
Recebimentos de utentes		18 874,55	17 009,31
Pagamentos a fornecedores		-571 459,07	-613 924,74
Pagamentos ao pessoal		-904 481,74	-869 505,98
Pagamentos a contribuintes / utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios			
Pagamentos de prestações sociais			
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		-2 500,17	-2 506,02
	Caixa gerada pelas operações	-111 271,01	-558 155,32
Outros recebimentos/pagamentos		-37 294,40	-60 174,37
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)	-148 565,41	-618 329,69
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-181 502,45	
Activos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		165 764,45	7 323,63
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)	-15 738,00	7 323,63
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		141 374,00	611 214,00
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			546 781,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			-541 666,52
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			-5 114,48
Outras operações de financiamento			
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)	141 374,00	611 214,00
Varição de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		-22 929,41	207,94
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		123 257,34	123 049,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período		100 327,93	123 257,34
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		123 257,34	123 049,40
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		123 257,34	123 049,40
De execução orçamental		122 113,81	123 049,40
De operações de tesouraria		1 143,53	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		100 327,93	123 257,34

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		100 327,93	123 257,34
De execução orçamental		100 312,60	122 113,81
De operações de tesouraria		15,33	1 143,53
O valor no final do período diverge da soma dos restantes valores.			

8.2.4 Demonstração das Alterações no Património Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

SNC-AP

DEZEMBRO 2023

DIVISA: EUR

DESCRIÇÃO	NOTAS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DA ENTIDADE-MÃE										INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	
		CAPITAL/PATRIMÓNIO SUBSCRITO	AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	PRÉMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		4.575.481,00		4.669.384,15			-7.509.001,47		4.244.738,60	146.261,00	-702.950,89	5.423.912,39		5.423.912,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Correção de erros materiais														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respectivas variações						100.942,01		-49.780,03				51.161,98		51.161,98
Transferências e subsídios de capital										-1.674,66		-1.674,66		-1.674,66
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido											702.950,89			
(2)														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)														
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrições de capital/património		141.374,00										141.374,00		141.374,00
Subscrições de prémios de emissão														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
(5)		141.374,00										141.374,00		141.374,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		4.716.855,00		4.669.384,15			-8.111.010,35		4.194.958,57	144.586,34	-278.851,72	5.335.921,99		5.335.921,99

8.2.5 Anexo às Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO

1. Identificação da Entidade:

a) Designação da entidade:

CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM

b) Sede:

Sítio dos Rochões – Santa Cruz

c) Natureza da Atividade:

A CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM é uma entidade pública empresarial, constituída em 14 de março de 2006. A empresa tem como objecto social a exploração e gestão da rede pública de abate de animais domésticos das espécies bovina, suína, ovina, caprina e cunidea e respectivas actividades complementares e ou acessórias, designadamente, a distribuição de carnes e a indústria de transformação de carnes.

d) Código da classificação orgânica:

Funcionamento: 51 1 03 01 00

Investimento: 51 8 03 01 00

e) Tutelas:

1. Secretaria Regional das Finanças
2. Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (atual Secretaria Regional de Agricultura e Ambiente)

f) Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:

CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM, foi criado a 14 de março de 2006 pelo DLR 6/2006/M, com a denominação de CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPE.

Por força do nº 2 do Art. 33º do DLR 13/2010/M passou a constar da sua denominação a sigla EPERAM (Entidade Publica Empresarial da Região Autónoma da Madeira).

O DLR 14/2010/M no seu Art. 9º introduziu um aditamento ao DLR 6/2006/M com o Art. 14º-A nos Estatutos do CARAM que considerou que os créditos do CARAM ficam sujeitos ao regime de execução fiscal.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os preços do CARAM estão regulados pela Portaria 113/2007 de 30 de outubro, alterada pelas Portarias nº 128/2007, de 20 de novembro, 29/2009, de 9 de março, 253/206 de 4 de julho e pela 901/2023 de 27 de novembro e pela Portaria 54/2008 de 5 de maio, alterada pela Portaria 902/2023 de 27 de novembro, no seu âmbito de Serviço Público.

1. Referencial Contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e Portaria n.º 218/2016 de 9 de agosto, e foram aplicados os requisitos da Norma de Contabilidade Pública – Pequenas Entidades (NCP-PE).

a) Bases de Apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), o qual integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, e Norma de Contabilidade Pública – Pequenas Entidades (NCP-PE) e o plano de contas multidimensional.

A apresentação e divulgação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC-AP bem como da NCP-PE sendo todas as divulgações em notas feitas por força dessa NCP e legislação complementar. Foi, também, tido em conta, a adoção dos modelos de demonstrações financeiras gerais aprovados no âmbito do SNC-AP.

b) Comparabilidade das Rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados.

As demonstrações financeiras elaboradas no presente exercício estão em conformidade com o Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), o qual integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, a Norma de Contabilidade Pública – Pequenas Entidades (NCP-PE) e o plano de contas multidimensional.

As contas são comparáveis com o exercício anterior.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

c) Políticas contabilísticas, Alterações nas estimativas e Erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

d) Pressuposto da Continuidade

As Demonstrações Financeiras anexas, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

e) Regime do Acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o Regime do Acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e Credores por Acréscimos e Diferimentos"

f) Classificação dos Ativos e Passivos não Correntes

Os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis a mais de um ano a contar da data da Demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como Ativos e Passivos não Correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os "Impostos diferidos" e as "Provisões" são classificados como Ativos e Passivos não Correntes.

e) Passivos Contingentes

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos no Balanço, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja provável.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

f) Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do Balanço, são divulgados no anexo às Demonstrações Financeiras.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais Políticas de Contabilidade aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras da empresa CARAM – Centro de Abate da R.A.M., EPERAM são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Não existiram transacções em moeda estrangeira.

3.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados da forma que se segue:

a) Bens transferidos do Governo Regional da Madeira ao abrigo do Decreto-Legislativo nº 6/2006:

1 – Imóveis – Valor constante do contrato de promessa de compra e venda celebrado entre o GRM e a Santagro em novembro de 1999

2 – Equipamento – Valor de uso determinado através de uma avaliação efetuada em março de 2008 pela Sociedade QV-Quo Vadis, Sociedade Multidisciplinar de Engenharia, Lda e pela CARAM sob a responsabilidade do Eng. Mecânico Valter Castro referente ao Imobilizado do Porto Santo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

b) Os bens que foram adquiridos directamente pelo CARAM estão valorizados ao custo de aquisição. Quanto aos bens transferidos do GRM, o Caram considerou a Revalorização como custo considerado aquando da transição de POC para SNC.

Activos Fixos Tangíveis	CARAM-Custo Histórico	GRM - Reavaliado	GRM - Contrato Pomessa	Valor Total do Imobilizado
Terrenos e recursos naturais			774.445,86	774.445,86
Edifícios e outras construções	1.355.649,48		5.086.185,06	6.441.834,54
Equipamento básico	822.750,80	2.394.248,62		3.216.999,42
Equipamento transporte	389.178,99	137.542,50		526.721,49
Equipamento administrativo	102.893,94	80.869,75		183.763,69
Outros activos fixos tangíveis	11.491,76	47.174,48		58.666,24
	2.681.964,97	2.659.835,35	5.860.630,92	11.202.431,24

Em junho de 2023, foi efetuada uma avaliação de um terreno que é propriedade do CARAM que estava contabilizado pelo custo de aquisição (84 021,13 €).

A avaliação, executada por entidade devidamente certificada para o efeito H&LP – Consultadoria, Avaliações e Perícias, Lda., foi de 144 000,00 €.

O valor deste imóvel foi então atualizado de acordo com a avaliação, ficando o excedente de revalorização registado, no valor de 59 978,87 €.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento Administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes Ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de Ativos Fixos Tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor Líquido Contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros Rendimentos Operacionais" ou "Outros Gastos Operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.3 Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das Amortizações e das Perdas por Imparidade Acumuladas. Estes Ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na Demonstração de Resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes gastos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com excepção dos direitos de Gestão de Instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

3.4 Imposto sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 14,7% sobre a Matéria Coletável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Tributação Autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da Matéria Coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao Resultado Contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre Resultado Contabilístico e Fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a Legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e cinco anos para a segurança social, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Empresa procede ao registo de Impostos Diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor Contabilístico dos Ativos e Passivos e a correspondente base fiscal.

Reconciliação entre Impostos Correntes e Impostos Diferidos

Imposto Corrente do Exercício	3.373,70€
Total Impostos Diferidos	-17.395,63€
	<hr/>
Imposto Sobre o Rendimento	-14.021,93€

3.5 Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o Custo de Aquisição e demais despesas relacionadas com as compras.

3.6 Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado diminuído de eventuais Perdas de Imparidade, reconhecidas nas rubricas "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

3.7 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo Corrente".

3.8 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9 Financiamentos Bancários

Os empréstimos são registados no passivo inicialmente pelo justo valor líquido de comissões com a emissão desses empréstimos, sendo subsequentemente mensurado ao custo amortizado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os empréstimos são classificados como Passivos correntes e não correntes, de acordo com o seu reembolso seja efectuado no ano ou em anos seguintes.

3.10 Rédito e Regime do Acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao Regime do Acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.11 Subsídios

Os Subsídios do Governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os Subsídios à Exploração destinam-se à cobertura de gastos operacionais, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.12 Benefícios dos Empregados

Os benefícios a curto prazo dos empregados são reconhecidos como gasto do período. Os benefícios a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caso o valor do gasto seja superior ao valor das quantias já pagas a diferença é registada como um passivo, tais como os valores associados a direitos a férias e subsídio de férias e outros equiparáveis.

A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social, em matéria de complementos à reforma dos trabalhadores.

4. Discriminação dos Componentes de Caixa e seus Equivalentes

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	31-dez-23	31-dez-22
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	100.327,93	123.257,34
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
	100.327,93	123.257,34

5. Ativos Fixos Tangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos Fixos Tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2023 e de 2022 foi o seguinte:

31 de dezembro de 2022							
	Saldo em 01-Jan-22	Aquisições	Abates	Transferências	Depreciações- Bens Transf.GRM	Depreciações	Saldo em 31-dez-22
Custo:							
Terenos e recursos naturais	1.135.377,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.135.377,37
Edifícios e outras construções	7.272.565,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.272.565,69
Equipamento básico	3.340.952,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.340.952,89
Equipamento de transporte	526.721,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	526.721,49
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	173.392,18	0,00	-1.883,60	0,00	0,00	0,00	171.508,58
Outros ativos fixos tangíveis	51.440,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.440,43
Investimentos em curso	41.612,68	165.764,45	0,00	0,00	0,00	0,00	207.377,13
	12.542.062,73	165.764,45	-1.883,60	0,00	0,00	0,00	12.705.943,58
Depreciações acumuladas							
Terenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2.226.156,51	0,00	0,00	0,00	118.337,64	27.112,92	2.371.607,07
Equipamento básico	3.232.285,43	0,00	0,00	0,00	0,00	15.465,19	3.247.750,62
Equipamento de transporte	526.721,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	526.721,49
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	170.304,11	0,00	-1.883,60	0,00	0,00	1.030,16	169.450,67
Outros ativos fixos tangíveis	43.753,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.962,48	45.716,45
	6.199.221,51	0,00	-1.883,60	0,00	118.337,64	45.570,75	6.361.246,30
Valor líquido	6.342.841,22 €						6.344.697,28 €
31 de dezembro de 2023							
	Saldo em 01-jan-23	Aquisições	Abates	Transferências	Depreciações- Bens Transf.GRM	Depreciações	Saldo em 31-dez-23
Custo:							
Terenos e recursos naturais	1.135.377,37	59.978,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.195.356,24
Edifícios e outras construções	7.272.565,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.272.565,69
Equipamento básico	3.340.952,89	13.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.354.102,89
Equipamento de transporte	526.721,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	526.721,49
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	171.508,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.508,58
Outros ativos fixos tangíveis	51.440,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.440,43
Investimentos em curso	207.377,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	207.377,13
	12.705.943,58	13.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.779.072,45
Depreciações acumuladas							
Terenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2.371.607,07	0,00	0,00	0,00	118.337,64	27.112,92	2.517.057,63
Equipamento básico	3.247.750,62	0,00	0,00	0,00	0,00	16.298,71	3.264.049,33
Equipamento de transporte	526.721,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	526.721,49
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	169.450,67	0,00	0,00	0,00	0,00	705,36	170.156,03
Outros ativos fixos tangíveis	45.716,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.962,48	47.678,93
	6.361.246,30	0,00	0,00	0,00	118.337,64	46.079,47	6.525.663,41
Valor Líquido	6.344.697,28 €						6.253.409,04 €

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6. Ativos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o movimento ocorrido nos Ativos Intangíveis, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2022					Saldo em 31-dez-22
	Saldo em 01-jan-22	Aquisições / Dotações	Abates	Depreciações do Exercício	Perdas por imparidade	
Custo						
Projectos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Software	5275,79	0,00	0,00	0,00	0,00	5275,79
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5275,79	0,00	0,00	0,00	0,00	5275,79
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Software	1475,84	0,00	0,00	970,20	0,00	2446,04
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1475,84	0,00	0,00	970,20	0,00	2446,04
Valor líquido	3.799,95					2.829,75 €

	31 de dezembro de 2023					Saldo em 31-dez-23
	Saldo em 01-jan-23	Aquisições / Dotações	Abates	Depreciações do Exercício	Perdas por imparidade	
Custo						
Projectos de desenvolvimento (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Software	5275,79	0,00	0,00	0,00	0,00	5275,79
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5275,79	0,00	0,00	0,00	0,00	5275,79
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Software	2446,04	0,00	0,00	970,20	0,00	3416,24
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2446,04	0,00	0,00	970,20	0,00	3416,24
Valor líquido	2.829,75 €					1.859,55 €

7. Participações Financeiras.

Os saldos dos investimentos em empresas participadas e associadas, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, apresentavam-se como segue:

Investimentos em empresas associadas	Sede	Capitais próprios 31-dez-22	31 de dezembro de 2022				Saldo em 31-Dez-22	
			% participação	Partes de capital	Goodwill	Empréstimos		Provisões
Fundo de Compensação		-	0%	2.354,42	0,00	0,00	0,00	2.354,42
				2.354,42	0,00	0,00	0,00	2.354,42

Investimentos em empresas associadas	Sede	Capitais próprios 31-dez-23	31 de dezembro de 2023				Saldo em 31-dez-23	
			% participação	Partes de capital	Goodwill	Empréstimos		Provisões
Fundo de Compensação		-	0%	3.095,28	0,00	0,00	0,00	3.095,28
				3.095,28	0,00	0,00	0,00	3.095,28

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8. Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

O movimento ocorrido nos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	31 de dezembro de 2022					Saldo em 31-dez-22
	Saldo em 01-jan-22	Constituição		Reversão		
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Ativos por impostos diferidos						
Ajustamentos de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos de clientes cob. duvidosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos fiscais reportáveis (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos transição-Desp.Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Passivos por impostos diferidos						
Ganhos tributados em períodos futuros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliações de activos fixos tangíveis	748.903,94	0,00	0,00	0,00	17.395,63	731.508,31
Reavaliações de propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios ao Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>748.903,94</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>17.395,63</u>	<u>731.508,31</u>

	31 de dezembro de 2023					Saldo em 31-dez-23
	Saldo em 01-jan-23	Constituição		Reversão		
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Ativos por impostos diferidos						
Ajustamentos de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos de clientes cob. duvidosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos fiscais reportáveis (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos transição - Desp. Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Passivos por impostos diferidos						
Ganhos tributados em períodos futuros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliações de activos fixos tangíveis	731.508,31	0,00	0,00	0,00	8.578,74	722.929,57
Reavaliações de propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>731.508,31</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>8.578,74</u>	<u>722.929,57</u>

9. Clientes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-dez-23		31-dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	0,00	101.147,67	0,00	78.598,97
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>101.147,67</u>	<u>0,00</u>	<u>78.598,97</u>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>101.147,67</u>	<u>0,00</u>	<u>78.598,97</u>

	31-dez-23		31-dez-22	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	101.147,67	0,00	78.598,97	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>101.147,67</u>	<u>0,00</u>	<u>78.598,97</u>	<u>0,00</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

antiguidade dos saldos de clientes a 31 de dezembro de 2023 apresentava-se como segue:

	<u>0-30 dias</u>	<u>31-60 dias</u>	<u>61-90 dias</u>	<u>> 90 dias</u>	<u>Total</u>
Cientes conta corrente	96.345,01	1.821,90	506,76	2.474,00	101.147,67
Cientes Cobrança Duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>96.345,01</u>	<u>1.821,90</u>	<u>506,76</u>	<u>2.474,00</u>	<u>101.147,67</u>

10. Estado e outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Estado e outros Entes Públicos" no Ativo e no Passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00	0,00
Pagamento Especial por Conta	3.894,00	3.894,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Retencao Fonte Efectuada por Terceiros	0,00	0,00
	<u>3.894,00</u>	<u>3.894,00</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	3.373,70	2.500,17
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	24.104,78	3.803,35
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	0,00	0,00
Fundo de Compensação	0,00	124,62
Segurança Social	0,00	0,00
Caixa Geral de Aposentações	0,00	0,00
ADSE	0,00	0,00
	<u>27.478,48</u>	<u>6.428,14</u>

11. Outras Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica "Outras Contas a Receber" tinha a seguinte composição:

	<u>31-dez-23</u>		<u>31-dez-22</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores da RAM a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Governo Regional da madeira	0,00	0,00	0,00	165.764,50
Outros	0,00	19.735,29	0,00	973,50
	<u>0,00</u>	<u>19.735,29</u>	<u>0,00</u>	<u>166.738,00</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

12. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 os saldos da rubrica “Diferimentos” do Ativo e Passivo foram como segue:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Diferimentos (Ativo)		
Valores a facturar	0,00	0,00
Seguros pagos antecipadamente	4.893,30	4.893,25
Juros a pagar	0,00	0,00
Outros gastos a reconhecer	14.105,97	24.381,74
	<u>18.999,27</u>	<u>29.274,99</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

13. Capital Subscrito

Em 31 de Dezembro de 2023 capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era no montante de 4.716.855,00. O CARAM foi constituído através do Decreto Legislativo Regional N.º 6-2006/M de 14 de março de 2006 e é totalmente detido pela Região Autónoma da Madeira. No ano de 2023, existiu um aumento no valor de 141.374,00€uros, por resolução do Conselho de Governo n.º 155/2023.

14. Outros Instrumentos de Capital Próprio

Encontra-se refletido na rubrica o valor total do passivo transferido para o CARAM no montante de 4.669.384,15, resultantes das seguintes situações.

Aos saldos iniciais de 2018 com a transição SNC/SNC AP, houve lugar a reclassificações, e no seguimento do descrito na alínea a) seguinte, o Protocolo aí descrito encontrava-se registado na rubrica de “Outras Contas a Receber”. No seguimento da regularização efetuada e do constante das notas de enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas publicado pela Portaria n.º 189/2016 de 14 de julho, foi efetuada uma reclassificação que resultou em:

- O direito do CARAM a ser ressarcido pelos gastos decorrentes do contrato de financiamento junto do DEXIA coincide com o montante desse mesmo financiamento (saldo do ativo = saldo do passivo);
- O valor do passivo transferido para o CARAM está refletido no Património Líquido, na rubrica de Subsídios para Amortização de Dívida;
- O valor a receber da RAM transferida para a rubrica de Acionistas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Políticas contabilísticas, Alterações nas estimativas e Erros

A 31 de dezembro de 2017, estava registado na rubrica "Outras Contas a Receber" um valor total a receber de 877.717,39. Este montante dizia respeito aos saldos de fornecedores da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos naturais, incluídos no Protocolo assinado a 26 de maio de 2006, em que o CARAM assume a responsabilidade sobre o passivo decorrente das responsabilidades financeiras, assumidas perante terceiros, derivados de contrato celebrados em nome e para o CARAM, anteriores à sua constituição e que não tenham sido pagos pela SRARN. Estas responsabilidades foram pelo CARAM com recurso a contrato de financiamento devidamente autorizados e avaliados pela RAM.

15. Resultados Transitados

Por decisão da Tutela de 4 de julho de 2023 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi decidido que o Resultado Líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados Transitados.

Rubricas	2022	Aplicação da ata Nº 779 de 24-03-2023	ajustamento por Imposto Diferido	Realizações de Excedentes de Revalorização	Saldo 2023
Resultados transitados	7.509.001,47	702.950,89	17.395,63	-118.337,64	8.111.010,35

16. Excedentes de Revalorização

Em 31 de dezembro de 2023 rubrica "Excedentes de Revalorização" apresentava-se como segue:

	Bens Transferidos do GRM	Imposto diferido	Realizações de Excedentes de Revalorização	Excedentes de Revalorização
Imovel	6.968.272,45	722.929,56	2.050.384,32	4.194.958,57
Equipamento	2.659.835,36		2.659.835,35	0,00
	9.628.107,81	722.929,56	4.710.219,67	4.194.958,58

Em junho de 2023, foi efetuada uma avaliação de um terreno que é propriedade do CARAM que estava contabilizado pelo custo de aquisição (84 021,13 €).

A avaliação, executada por entidade devidamente certificada para o efeito H&LP – Consultadoria, Avaliações e Perícias, Lda., foi de 144 000,00 €.

O valor deste imóvel foi então atualizado de acordo com a avaliação, ficando o excedente de revalorização registado, no valor de 59 978,87 €.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

17. Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Subsídios Governo Regional da Madeira	169.503,34	171.466,59
Impostos Diferidos	-24.917,00	-25.205,59
	<u>144.586,34</u>	<u>146.261,00</u>

18. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2023 de 2022 rubrica "Outras contas a pagar" não Corrente e Corrente tinha a seguinte composição:

	<u>31-dez-23</u>		<u>31-dez-22</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Remunerações a liquidar	0,00	127.851,25	0,00	114.502,88
Outros acréscimos de gastos	0,00	40.420,54	0,00	31.821,32
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Gov. Regional de Matadoures	23.958,23	0,00	23.958,23	0,00
Direcção Regional Agricultura	0,00	15.747,87	0,00	9.459,25
Reposições Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sindicatos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimento	0,00	0,00	0,00	165.764,45
Sub.Investimento Imposto Diferi	0,00	24.917,00	0,00	25.205,59
Outras contas a pagar	64.391,57	65.136,59	129.528,16	82.725,78
	<u>88.349,80</u>	<u>274.073,25</u>	<u>153.486,39</u>	<u>429.479,27</u>

Em 15 de dezembro de 2016, foram celebrados dois acordos de pagamentos, um com a EEM- Empresa de Electricidade da Madeira S.A. e outro com ARM-Águas e Resíduos da Madeira S.A., para a regularização de dividas, no valor de 68.319,13€ e de 612.224,33€ respetivamente. O acordo coma EEM já terminou.

Acordos de pagamento	<u>31-dez-23</u>		<u>Total</u>
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	
SRARN	0,00		0,00
ARM	64.680,16	64.848,00	129.528,16
	<u>64.680,16</u>	<u>64.848,00</u>	<u>129.528,16</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

19. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 de 2022 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-dez-23		31-dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores c/c	0,00	51.850,75	0,00	4.302,87

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de dezembro de 2023 era a seguinte:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	42.831,72	4.935,24	0,00	4.083,79	51.850,75
Fornecedores não corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	42.831,72	4.935,24	0,00	4.083,79	51.850,75

A Caram não consegue fazer o pagamento dívida no valor de 4.083,79€ referente ao fornecedor Mecanipol Lda, visto este estar liquidado.

20. Vendas e Serviços Prestados

As Vendas e Serviços Prestados nos períodos de 2023 e de 2022 foram como segue:

	31-dez-23			31-dez-22		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Impostos, contribuições e taxas	301.060,07	0,00	301.060,07	314.573,37	0,00	314.573,37
Vendas	52.222,25	0,00	52.222,25	54.901,08	0,00	54.901,08
Prestação de serviços	96.913,85	0,00	96.913,85	92.771,23	0,00	92.771,23
	450.196,17	0,00	450.196,17	462.245,68	0,00	462.245,68

As vendas incluem a comercialização da pele de bovino.

Os serviços prestados incluem os serviços de lavagens de viaturas, transporte de animais vivos, inspeção sanitária, tratamentos de subprodutos e receitas da cantina.

Impostos e Contribuições e Taxas incluem o serviço de abate e preparação, eliminação de resíduos e transporte de carcaças.

21. Subsídios à Exploração

Nos períodos de 2023 e de 2022 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-dez-23	31-dez-22
Indiminizações Compensatórias	874.808,00	354.968,00
Outros subsídios	0,00	0,00
	874.808,00	354.968,00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A variação verificada nesta rubrica deve-se à alteração da ótica de financiamento público a esta EPE que passou a ser por via de indemnizações ao invés de aumentos de capital.

22. Custo das Vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é detalhado como segue:

	31-dez-23			31-dez-22		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	22.529,87	21.558,46	44.088,33	23.854,09	18.460,11	42.314,20
Saldo final em 31 de Dezembro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CMVMC	22.529,87	21.558,46	44.088,33	23.854,09	18.460,11	42.314,20

23. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos Fornecimentos e Serviços Externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

	31-dez-23	31-dez-22
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	153.950,34	130.940,05
Materiais	26.521,34	36.298,99
Energia e fluídos	200.730,68	174.230,45
Deslocações, estadas e transportes	9.738,04	5.961,24
Serviços diversos	36.755,82	46.105,55
	427.696,22	393.536,28

24. Gastos com o Pessoal

A repartição dos Gastos com o Pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

	31-dez-23	31-dez-22
Remunerações do Conselho de Administração	159.805,94	165.198,03
Remunerações do pessoal	578.473,55	556.825,56
Encargos sobre remunerações	137.116,08	116.447,88
Encargos s/ remunerações conselho de administ	37.953,91	38.474,19
Seguros	10.465,33	14.701,28
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros gastos com pessoal	1.750,00	1.124,16
	925.564,81	892.771,10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2023 foi 46 e no exercício de 2022 foi 48.

25. Outros Rendimentos

Os Outros Rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram como segue:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Rendimentos suplementares	0,00	0,00
Outros rendimentos	<u>10.054,23</u>	<u>19.731,48</u>
	<u>10.054,23</u>	<u>19.731,48</u>

26. Outros Gastos

Os Outros Gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram como segue:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Impostos	56.080,69	37.214,85
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Outros gastos	<u>0,00</u>	<u>5.771,98</u>
	<u>56.080,69</u>	<u>42.986,83</u>

27. Gastos/reversões de Depreciação e de Amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os gastos com Depreciações e Amortizações apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-23</u>			<u>31-dez-22</u>		
	<u>Gastos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Total</u>	<u>Gastos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Total</u>
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	164.417,11	0,00	164.417,11	163.908,39	0,00	163.908,39
Ativos intangíveis	<u>970,20</u>	<u>0,00</u>	<u>970,20</u>	<u>970,20</u>	<u>0,00</u>	<u>970,20</u>
	<u>165.387,31</u>	<u>0,00</u>	<u>165.387,31</u>	<u>164.878,59</u>	<u>0,00</u>	<u>164.878,59</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

28. Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros, nos períodos de 2023 e de 2022, tinham a seguinte composição:

	31-dez-23	31-dez-22
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	9.041,58	18.129,14
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	73,11	175,37
	9.114,69	18.304,51
Resultados financeiros	9.114,69	18.304,51

29. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

30. Informações exigidas por Diplomas Legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2023, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de dezembro de 2023.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

No Ativo Fixo Tangível acresce o valor de 6.968.272,45€ (imóvel) e o valor de 2.659.835,35 (Maquinaria e Equipamento), tendo como base o contrato de compra e venda celebrado entre o GRM e a Santagro – Empresa Agro-Pecuária do Santo da Serra, Lda, em novembro de 1999, cuja escritura ainda não foi celebrada até a presente data.

Santo da Serra, 20 de março de 2024

Contabilista Certificado

Nº 81367

A Administração

8.3. Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Conselho de Administração do CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas do **CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM**, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2023, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do **CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM**, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2023, a Demonstração dos resultados por naturezas e os mapas de execução orçamental e as notas anexas. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório e Contas do ano de 2023, preparado pelo Conselho de Administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, emitidos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui uma reserva.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório e Contas, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação pela Secretaria Regional das Finanças e Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Funchal, 20 de março de 2024

O FISCAL ÚNICO

UHY OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

António Tavares da Costa Oliveira

(ROC n.º 656, inscrito na CMVM sob o n.º 20160300)

8.4. Certificação Legal de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 20223 (que evidencia um total de 6.502.468 euros e um total de fundos próprios de 5.335.922 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 278.852 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para opinião com reservas” as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM** em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística – para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Dada a inexistência de uma avaliação externa e independente dos imóveis, não nos é possível pronunciar sobre o valor dos Ativos Fixos Tangíveis mostrados no balanço pelo montante de 6.253.409 euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC - AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 1.801.608 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 1.701.295 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

A Entidade não incluiu as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

Funchal, 20 de março de 2024

UHY OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

António Tavares da Costa Oliveira

(ROC n.º 656, inscrito na CMVM sob o n.º 20160300)